



METRO DO PORTO, S.A.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATIVO AO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2017



ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO.....	3
II – RESPONSABILIDADES	3
III – ÂMBITO	3
IV – ANÁLISE	4
1.1 ANÁLISE DO PLANO DE ATIVIDADES.....	4
1.2 ANÁLISE DA PROPOSTA DO ORÇAMENTO	5
1.2.1 ORÇAMENTO DA RECEITA	5
1.2.2 ORÇAMENTO DA DESPESA	6
1.3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS	8
V – OPINIÃO/PARECER.....	9



I – Introdução

Nos termos do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 25º dos Estatutos da Metro do Porto, S.A.(adiante designada por MP) e conforme previsto na Circular Série A nº 1384 da Direção Geral do Orçamento (DGO), relativa às instruções para preparação do Orçamento de Estado para 2017, procedemos à apreciação do orçamento para 2017 da empresa, na qualidade de Órgão de Fiscalização da mesma, tendo, ainda, em conta as orientações emitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), no Ofício nº 3846 relativamente aos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2017.

II – Responsabilidades

É da responsabilidade do Conselho de Administração da MP a preparação e apresentação de informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.

A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas, contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

III – Âmbito

O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto à isenção de distorções materialmente relevantes da informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:

- a) Principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
 - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a adequação da apresentação da informação previsional.
- b) Na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.



IV – Análise

O orçamento para 2017 apresentado pela MP (versão 4, com a referência MP-1486005/16, datado de 29 de novembro de 2016) foi elaborado tendo em consideração as instruções transmitidas pelo acionista Estado para a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) - 2017, através do Ofício nº 3846, de 21 de julho de 2016, da DGTF.

1.1 Análise do plano de atividades

O documento “Projeto de Orçamento 2017 – versão 4” apresenta em anexo o plano de investimentos detalhado, bem como o plano das atividades previstas, este último detalhado por departamentos e devidamente calendarizado.

Os investimentos previstos para o horizonte 2017-2021 incluem, para além de intervenções de substituição e manutenção, investimentos na expansão da rede do Sistema de Metro Ligeiro, conforme previsto no Plano Nacional de Reformas, no valor de 240 M€.

Assim, o valor do investimento previsto para 2017 ascende a 19,3 M€, sendo o seu financiamento assegurado por fundos comunitários (0,3 M€), cuja contrapartida nacional será garantida pelo PIDDAC (1,3 M€), e o restante financiado por nova dívida a contrair (17,7 M€).

Nos termos da legislação em vigor, designadamente do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, enquanto Entidade Pública Reclassificada (EPR) a empresa não pode recorrer a crédito bancário. Assim, ao nível do orçamento, é assumido como pressuposto que todas as necessidades de financiamento da MP serão asseguradas por empréstimos a obter junto da DGTF. As necessidades totais de financiamento para 2017 ascendem ao montante total de 609 M€, com a seguinte discriminação:



Necessidades de Financiamento da MP - 2017 (m€)

Reembolso de empréstimos do Estado	378 688
Outras amortizações de dívida	131 694
Encargos financeiros	54 737
Défice de exploração	18 046
Investimento	16 937
Variação de caixa	4 801
Encargos com swaps	3 956

Necessidades de financiamento 608 859

Segundo informação obtida, o valor das necessidades de financiamento a assegurar por empréstimos da DGTF foi acordado com esta entidade, sendo concordante com o valor correspondente inscrito no OE 2017 pela própria DGTF.

1.2 Análise da proposta do Orçamento

Face à sua natureza de EPR, o orçamento de 2017 da MP integrou o Orçamento do Estado para 2017, já aprovado.

1.2.1 Orçamento da Receita

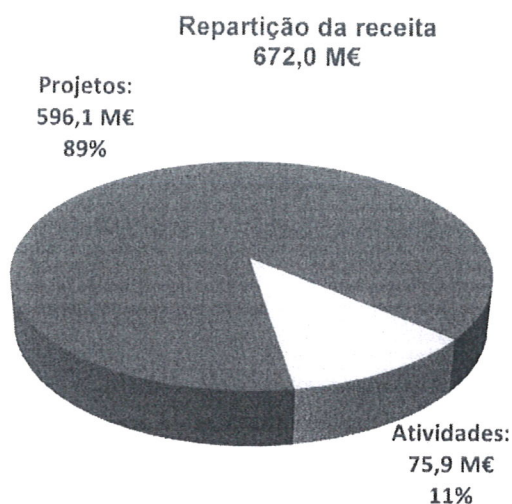
O orçamento da receita apresenta um total de 672 M€, com a seguinte repartição:

Receita prevista para 2017 (m€)

Capítulo	Valor	Peso relativo
Taxas, multas e outras penalidades	50	0,01%
Rendimentos da propriedade	1 990	0,30%
Transferências correntes	2 820	0,42%
Venda de bens e serviços correntes	44 825	6,67%
Outras receitas correntes	11 863	1,77%
Passivos financeiros	608 859	90,60%
Transferências de capital	1 593	0,24%
Receita total	671 999	100,00%



O gráfico seguinte apresenta a repartição da receita por orçamento de atividades e orçamento de projetos.



No orçamento para 2017 foram assumidos diversos pressupostos, sendo de destacar os seguintes:

- o número de validações no Sistema de Metro Ligeiro terá um crescimento de 1,5% em 2017 face à previsão para 2016,
- não foi estimada qualquer receita a título de Indemnizações Compensatórias pelo serviço de transporte, conforme previsto no contrato de serviço público, nem por qualquer um dos outros serviços públicos prestados pela MP, cuja remuneração não foi ainda acordada,
- não será recebido qualquer montante relativo ao malus debitado ao subconcessionário Prometro,
- foi assumido a imputação de subsídios ao investimento no montante de 16,6 M€ em 2017,
- o prazo médio de recebimento da receita de títulos de transporte será de 90 dias,
- está previsto um desfecho favorável dos processos de impugnação judicial das liquidações adicionais de IVA, a ocorrer em 2018, que implicará a recuperação de verbas, no montante de cerca de 50 M€ nesse ano.

Ao nível das receitas de Transferências no âmbito das AP, foi incluído o valor de 2,8 M€ relativo a Indemnizações Compensatórias referentes ao tarifário social.

1.2.2 Orçamento da Despesa

A despesa apresentada no orçamento para 2017 ascende ao valor total de 667 M€, inferior ao montante do total da receita prevista (672 M€), apresentando a seguinte repartição:



Despesa prevista para 2017 (m€)

Agrupamento	Valor	Peso relativo
Despesas com o pessoal	4 555	0,68%
Aquisição de bens e serviços correntes	60 340	9,04%
Juros e outros encargos	60 734	9,10%
Outras despesas correntes	9 326	1,40%
Aquisição de bens de capital	28 502	4,27%
Ativos financeiros	3	0,00%
Passivos financeiros	503 738	75,50%
Despesa total	667 198	100,00%

Da apreciação do quadro anterior ressalta o peso dos passivos financeiros, decorrentes da amortização dos financiamentos obtidos, que representam cerca de 76% do total da despesa, assumindo um peso de 85% na despesa total quando analisados conjuntamente com os juros e outros encargos.

No que respeita às despesas com o pessoal, será de referir que o mapa de pessoal foi devidamente aprovado pela tutela. Foi estimado um reforço do quadro de pessoal, face aos efetivos atuais, em 5 colaboradores. Dado que o processo de reestruturação/fusão da MP e STCP foi cancelado, não foram incluídas as reduções de pessoas daí decorrentes, consideradas nos orçamentos anteriores. A estimativa das despesas de pessoal teve em consideração as instruções da DGO no que respeita à redução salarial.

Foram ainda assumidos os seguintes pressupostos:

- a operação do sistema de metro ligeiro será assegurada pelo atual subconcessionário (a Prometro), ao custo previsto no 5º Aditamento ao contrato de subconcessão celebrado,
- foi estimada uma despesa no valor de 2 M€ a título de indemnização a pagar pela anulação do procedimento de ajuste direto da subconcessão,
- não será devida qualquer indemnização no âmbito da operação de US Cross Border Lease,
- foi assumido que o prazo médio de pagamentos será de 45 dias,
- não serão pagos ao Banco Santander os encargos devidos com os contratos de swaps de cobertura de risco de taxa de juro, cujo pagamento está suspenso desde setembro de 2013,
- as necessidades de financiamento serão colmatadas com empréstimos a conceder pela DGTF, sendo devidos juros à taxa de 2%.

Foi considerada no orçamento uma reserva de 2,5% sobre as despesas financiadas por receitas gerais, no montante de 4,0 M€, conforme consta do ponto 29 da Circular da DGO relativa às instruções para preparação do Orçamento para 2017. De referir que na base de cálculo da reserva não foi excluído o seu próprio valor, o que levou a um reforço do seu montante.



1.3 Análise das demonstrações financeiras previsionais

O quadro seguinte sintetiza as demonstrações financeiras previsionais, elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC):

Demonstrações financeiras previsionais para 2017 (m€)

Balanço

Ativo	2 051 832
Capital próprio	-2 829 060
Passivo	4 880 893

Demonstração dos resultados

Rendimentos	80 981
Gastos	-138 476
Resultado operacional	-57 495
Rendimentos e gastos financeiros	-126 216
Imposto sobre o rendimento	-21
Resultado líquido do período	-183 732

Na elaboração das demonstrações financeiras previsionais, não foi considerado qualquer gasto/rendimento decorrente da variação do justo valor dos *swaps* em carteira.

Adicionalmente, não foi estimado qualquer reforço da provisão existente para renovação dos ativos afetos à concessão, dado que a revisão técnica da estimativa de gastos com manutenção desses ativos concluiu que o montante da provisão reconhecida excede substancialmente o valor que virá a ser necessário até ao final do horizonte do orçamento.

No que respeita aos princípios financeiros fixados no Ofício nº 3846 da DGTF, será de referir que foram genericamente respeitadas as orientações setoriais e as regras definidas no Ofício referido, com exceção para o facto de:

- não ter sido cumprido o objetivo de atingir em 2017 um EBITDA nulo,
- a redução prevista ao nível dos gastos operacionais (FSE + Gastos com pessoal), face aos gastos de 2010, ser de 14,4%, inferior ao objetivo de 15% definido no Ofício,
- terem sido assumidos no orçamento investimentos cuja análise custo-benefício não se encontra disponível.



V – Opinião/Parecer

Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação previsional dos documentos acima referidos, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação, e que a mesma não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela entidade. Salienta-se, contudo, que carece de aferição final a conclusão sobre a circunstância de a provisão já reconhecida para renovação dos ativos ser excessiva face às necessidades esperadas no horizonte do presente orçamento.

Devemos, por outro lado, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Empresas como a Metro do Porto, cuja atividade visa assegurar o desenvolvimento de projetos públicos e prestar um serviço de interesse económico geral, têm enfrentado pesadas dificuldades no âmbito da implementação de planos de redução de necessidades de financiamento, por força, quer do histórico enviesamento do modelo adotado para o financiamento dos projetos desenvolvidos, quer pela restrição, ao nível do equilíbrio da exploração, subjacente à prestação de um serviço público.

Porto, 29 de dezembro de 2016

O Conselho Fiscal

Dra. Maria Fernanda Joanaz Silva Martins – Presidente

Dr. Nuno Ricardo Pereira Estima Oliveira – Vogal

António Magalhães & Carlos Santos – S.R.O.C., representada
por Dr. António Monteiro de Magalhães – R.O.C. nº 179 - Vogal